

Os resultados das geadas na cafeicultura

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, sr. Salvio de Almeida Prado, a propósito das geadas verificadas nos Estados cafeeiros da zona sul do País, declarou:

"Pode-se dividir seus efeitos em duas fases distintas, uma, atingindo a planta e, outra, somente prejudicando a colheita futura.

A incidência das geadas nas lavouras, queimando as árvores de forma a afastá-las da produção, por um ou mais anos, pode ser calculada em 50% nas lavouras do Paraná, onde ela foi intensa no chamado "Paraná novíssimo" e mais branda no "Paraná novo" e no "Paraná velho".

No Estado de São Paulo, foi ela de talvez 10%, atingindo as baixadas e causando maiores prejuízos nas colheitas futuras.

No que se refere à colheita futura, a situação apresenta-se de suma gravidade, pois, juntamente com São Paulo, os Estados da zona norte, — Minas, Estado do Rio, Espírito Santo e Goiás — as lavouras estão com uma estiagem há mais de 7 meses, agravada agora pelos danosos efeitos das geadas na zona sul.

Como é sabido, o frio intenso é grande inimigo das colheitas de café, pois os galhos mais tenros, onde estavam em formação os botões para a florada de setembro, sentem o seu efeito de forma positiva e destruidora.

Destá forma, as lavouras cafeeiras brasileiras, castigadas pela seca e pelas geadas, perdem todas as possibilidades de colheita para o ano próximo e quiçá para o subsequente.

Está criada, assim, uma situação inteiramente nova e imprevisível para a conjuntura cafeeira, não somente no que tange à produção, como à própria comercialização do produto.

Os lavradores, sem condições de produzir café para a safra futura, não terão com que manter suas fazendas, necessitando reputar a

colheita presente, ainda em suas mãos, e com ela fazer face ao custeio do ano de falha.

Por outro lado, o que havia sido determinado como esquema financeiro da safra e mesmo o sentido de política cafeeira, estão completamente superados com a alteração havida no panorama da produção.

A posição estatística, com referência à possibilidade de produção em relação ao consumo, ainda com o pequeno excedente previsto para esta safra, — também afetada pela geada — tornou-se desequilibrada, mudando a posição do IBC que, ao invés de precisar retirar café do mercado, necessitará supri-lo, retornando a ele os cafés em seu poder.

Portanto, não se justifica mais a cobrança de uma cota de contribuição, que tinha por finalidade a arrecadação de recursos para o reequilíbrio da posição estatística, agora tornada deficitária pelos efeitos climáticos desfavoráveis.

Parece-nos que todo o esquema deve ser refundido e enquadrado nas novas condições ditadas pelo imponderável, resguardando-se a posição dos cafeicultores, que, como medida inicial de defesa, não devem vender já os seus cafés.

A Sociedade Rural Brasileira irá propor a revisão do esquema, aliás, como já preveniu quando telegrafou ao Sr. Ministro da Fazenda, declarando acatar sua recente decisão melhorando a base de compra do produto, ou seja, que voltaria a solicitar novas providências se as circunstâncias assim exigissem, como agora ocorre.

O Sr. Ministro da Fazenda, homem de São Paulo e afeito aos assuntos econômicos, naturalmente compreenderá a situação gravíssima em que se vêem colocados os cafeicultores, tão duramente atingidos, atendendo-os nesta grave conjuntura."

A UNEA e α...

(Conclusão)

prática para desempenho de importantes serviços rurais de laboratório e de campo, toda razão de se aborrecerem com o fato de, formados, ficarem esquecidos, principalmente pelas repartições que os podem colocar. Tanto mais que a agricultura brasileira necessita dos seus serviços, não só nas funções do setor administrativo público, como nas do setor privado.

Mas acontece que o setor público está nas mãos de epolíticos e não de estadistas e administradores. E o setor particular está em crise, essa tendência crítica desencadeada pelo próprio governo federal, afetando não só a economia rural, propriamente dita, mas também a economia comercial, bancária, industrial, rodoviária, ferroviária e portuária, tudo concorrendo para estagnação das iniciativas produtoras, por falta de segurança pessoal e econômica e de confiança no futuro. Eis aí a razão principal de nosso empobrecimento. Não podemos sustentar governo dissapacionista e sem critério, que não equilibra as despesas públi-

cas com as rendas fiscais e abusa dos recursos ao papel-moeda e empréstimos externos, como o particular que abusa de letras de câmbio, promissórias e hipotecas, até comprometimento e entrega do patrimônio de garantia. Não! O Brasil merece mais respeito e mais atenção. Erros de governo repercutem por toda a área nacional e por todas as camadas econômicas.

E o mais lamentável é ver rapazes formados e esperançosos por um trabalho profícuo e digno, lutando pela obtenção de um emprego, enquanto estiva-

dores portuários ganham de 200 a 300 mil cruzeiros por mês e pagam para outros — os chamados bagrinhos — ordenados irrisórios para fazerem os seus penosos serviços braçais. E há mais: — a Petrobrás paga a seus operários ordenados ainda maiores, de que eles gostam, segundo nos informou testemunha visual idônea, grande parte com bebidas alcólicas de luxo, a ponto de, na região petrolífera da Bahia, ser grande o consumo de whisky a 12.000 cruzeiros o litro. Pense-se no assunto e tirem-se as conclusões.

CIA. ARMAZENS GERAIS DE SÃO PAULO

Endereço Telegráfico: "COARGE" — SANTOS

GUARDA E CONSERVAÇÃO DE MERCADORIAS
EMISSION DE WARRANTS - REBENEFICIAMENTO DE CAFÉ

Sede em SANTOS

Rua José Ricardo, 51 — 4º andar
Telefone 2-6381 - Caixa Postal: 629

Escritório em SÃO PAULO

Rua 3 de Dezembro, 38 - 9º andar
Telefones 32-6732 — 32-1506

Armazéns em SANTOS:

Rua Marquês de Herval, 89-113
R. Visconde de São Leopoldo, 206-230

Armazéns em SÃO PAULO:

Av. Presidente Wilson, 5587 a 5597

Despachos: SANTOS - EPRJ — ESTUÁRIO - EFS — S. PAULO - Desvio COARGE